
Francisco Bethencourt (2015), *Racismos – Das cruzadas ao século xx*. Lisboa: Temas & Debates / Círculo de Leitores, 584 pp.

Margarida Calafate Ribeiro

**Edição electrónica**URL: <http://journals.openedition.org/eces/2169>

ISSN: 1647-0737

Editora

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

Refêrencia eletrónica

Margarida Calafate Ribeiro, « Francisco Bethencourt (2015), *Racismos – Das cruzadas ao século xx*. Lisboa: Temas & Debates / Círculo de Leitores, 584 pp. », *e-cadernos CES* [Online], 26 | 2016, colocado online no dia 15 dezembro 2016, consultado a 19 abril 2019. URL : <http://journals.openedition.org/eces/2169>



REVISÕES CRÍTICAS

FRANCISCO BETHENCOURT (2015), *RACISMOS – DAS CRUZADAS AO SÉCULO XX*. LISBOA: TEMAS & DEBATES / CÍRCULO DE LEITORES, 584 PP.*

As recensões a *Racismos*, de Francisco Bethencourt (FB), publicado em Portugal depois da edição pela Princeton University Press, são unânimes em apontar a obra como notável, única, um marco na historiografia. É a primeira história global do racismo. Para além dos factos, relações e análises que o livro nos traz, marcaram-me dois aspetos em particular: em primeiro lugar, a extrema importância deste livro para os debates contemporâneos; em segundo, a escala do livro – ‘racismos’, marcadamente no plural, porque só assim se pode declinar, das cruzadas à atualidade.

Para tão ampla leitura FB recorre a fontes primárias, documentos impressos, elementos de cultura visual e narrativas literárias que colocam a subjetividade do eu na história, num tema simultaneamente tão público como privado: a nossa identidade definida pela “raça”, a cor, o formato, o nosso aspeto exhibe, o que nós somos, a leitura que proporcionamos e, sobretudo, a leitura que fazem de nós em determinados contextos. Dentro desta imensa leitura de materiais, a abordagem do tema vai desde os textos mais conhecidos das teorias científicas sobre o racismo, à linguagem expressa pela cultura popular, ligada a grupos dominantes com projetos políticos de pendor racista; desde a análise de elementos da cultura visual sofisticada que inclui a cartografia, à cultura visual mais popular expressa no que hoje vulgarmente designaríamos por artesanato. Temporalmente, e como referi, mas agora em maior detalhe, FB analisa fenómenos de grande escala em termos de mobilidade, que vão

* Este texto resulta do trabalho desenvolvido no âmbito do Projeto “MEMOIRS – Children of Empires and European Postmemories”, financiado pelo Conselho Europeu para a Investigação (ERC) no quadro do Horizonte 2020, programa para a investigação e inovação da União Europeia (contrato n.º 648624). A obra de Francisco Bethencourt constitui a tradução do título original inglês *Racisms – From the Crusades to the Twentieth Century* (Princeton University Press, 2013).

do primeiro movimento da expansão de cristãos para o Médio Oriente na altura das Cruzadas, à Expansão europeia, do tráfico negreiro transatlântico, à exterminação selecionada que marcou a história do século XX – do genocídio dos Arménios, ao extermínio dos Herere na Namíbia, o Holocausto, o Ruanda. E, portanto, para lermos este livro temos não apenas de mudar o olhar, mas de mudar a escala do olhar.

Esta exigência é imposta ao leitor, de forma óbvia, pela temporalidade referida que o livro cobre, e de forma mais oblíqua por dois outros aspetos que enformam a proposta de FB na abordagem do tema de Racismos: o olhar interdisciplinar a partir do historiador que é. E é justamente a segurança da condição do seu olhar de historiador que este livro reafirma, que lhe permite o diálogo positivo com as outras disciplinas para projetar um olhar interdisciplinar – com a geografia, a história da cultura, a sociologia, a economia. É este olhar interdisciplinar de historiador que se realiza plenamente na perspetiva comparada dos contextos que analisa. Mostra-nos, na longa duração, como diferentes contextos temporais e geográficos levam a diferentes textos ou discursos sobre o racismo, o que confirma justamente o seu carácter histórico. Como afirma na sua introdução: “O racismo é relacional e sofre alterações com o tempo, não podendo ser compreendido na sua totalidade através do estudo segmentado de breves períodos temporais, de regiões específicas ou de vítimas sobejamente conhecidas – negros ou judeus por exemplo” (p. 17).

Mas nestes variadíssimos textos, no sentido amplo do termo, e diferentes contextos, o conceito que sustenta o livro e o argumento mantém-se e liga-se de imediato a um outro conceito fundamental: o poder. Racismo é, e cito: “preconceito quanto à descendência étnica combinado com ação discriminatória”. Como investigadora pergunto-me muitas vezes como terá FB chegado a esta definição tão lúcida e aparentemente tão simples e tão descritiva do fenómeno em análise. Esta é a tese que persegue o livro, narrando a história do racismo europeu e do seu impacto global dado pela Expansão europeia, as suas interpretações europeias projetadas para todo o mundo, num sistema de fluxos e refluxos causado pelos contextos históricos que provocaram, em cada geografia, as diferentes interpretações e modelizações de um fenómeno comum, o racismo. Por isso também racismos no plural.

Aqui abre-se a segunda parte da tese que anima a proposta de FB – as ações discriminatórias que ativam o preconceito racista estiveram ao longo dos séculos, e no século XX, particularmente presentes na nossa memória, ligadas a projetos políticos, não exclusivamente europeus mas que adquiriam na Europa e, através da Europa, uma consistência conceptual que se projetou numa escala global conferida pela Expansão, com a Europa como centro simbólico do mundo. E, neste aspeto, é

particularmente relevante para os estudos de história global a atenção que FB dedica à Península Ibérica. A Península, como bem mostra FB, é o lugar da Europa no qual praticamente ao mesmo tempo em que se expulsava o Outro de si mesmo – o mouro, o judeu, o cristão-novo – se lidava com o Outro oceânico, negro, ameríndio, asiático; e este é um aspeto decisivo da história da relação da Europa com o mundo. A tensão entre uma variedade cada vez maior de povos encontrados pelos europeus e povos europeus genericamente brancos (mas tão diversos entre si), face a estes diversos outros, levou ao estabelecimento de uma rede de leitura baseada em estereótipos – tantas vezes resultado de puros equívocos do olhar que perduram até hoje – capazes de apreender e descrever a diversidade do mundo como só os estereótipos permitem na sua simplicidade analítica básica. Mas o que FB também mostra muito bem, devido ao seu profundo conhecimento da história da Europa do Sul, é o modo como os estereótipos criados pela Europa do Norte, sobretudo após a Reforma, para descrever a Europa do Sul, vão também servir (em alguns aspetos globalmente ampliados), para descrever o que poderíamos contemporaneamente chamar hoje de Sul Global. Da mesma forma, também o discurso de justificação da Europa de vocação colonial ultramarina, apoiada primeiro em motivos mais religiosos, e posteriormente em motivos mais civilizacionais vai dialogando, dando os motes ou renovando as justificações para a ação colonial realizada pelos países do Leste europeu, ou seja, para o outro modelo de colonização europeu, baseado na anexação do território do próximo pela sua inferiorização. Esta circulação de discursos e de transferências de memórias terá um impacto fundamental na visão dos países do Norte da Europa em relação a Portugal e Espanha, como países que falharam a modernidade europeia porque falharam a sua missão colonial no século XIX. Esta situação permitiu um apagamento da primeira modernidade europeia protagonizada pelos Reinos Ibéricos e, conseqüentemente, na definição do mundo e da Europa que eles, numa primeira mão, geraram, nomeadamente através de algo de completamente novo na América do Sul, o espaço seguramente mais complexo de colonização europeia, como FB argumenta na terceira parte deste livro. A espessura de séculos e a complexidade destes movimentos, muitas vezes de leitura facilitada pela historiografia de cariz anglo-saxónico ou francês, que na verdade inicia a narrativa *in media res*, ou seja, a partir do momento em que os seus países se tornaram protagonistas, faz com que a história ibérica quando surge seja quase só com a categoria de antecedente de uma narrativa europeia e não, como foi, da sua vanguarda, informada aliás por um diferente discurso justificativo, essencial para entender as formas de expansão. Esta complexidade, apontada pela leitura crítica que tem vindo a ser feita deste livro de FB, é revista pela dimensão comparativa que o historiador imprime no capítulo sobre a exploração

oceânica, integrando o movimento ibérico na Europa e no mundo e os movimentos europeus do resto da Europa na sequência destes. Na verdade, só assim é possível abordar a densidade do tema que se propõe estudar, como mostrará não apenas pelo exemplo do território ibérico, com toda a sua variedade interna, mas em toda a sua projeção e ampliação com novos fatores na América do Sul, de ocupação e colonização ibérica. No tema, a centralidade do tráfico de escravos do Brasil em particular ganham o valor que lhes é devido num assunto desta dimensão. Este livro é de uma relevância política crucial para o estudo do colonialismo português e da sua relação com os outros impérios, bem como para o Brasil atual.

Na terceira parte do livro *Sociedades Coloniais*, FB começa por esclarecer os protocolos a partir dos quais pensa a questão, distanciando-se de uma historiografia tradicional centralizada na ação europeia no Sul e deixando os nativos de fora dos processos. Esta visão eurocêntrica não considera todo o impacto na receção das instituições, ideias, línguas e normas europeias em cada espaço, que, como sabemos, levou a adaptações e negociações de parte a parte, sem contudo ignorar as diferenças de relação de poder inerentes à relação colonial (que vai desde a obliteração, neutralização, assimilação ou negociação da identidade do outro). Basta pensarmos no “exemplo” português, e logo se torna evidente que as colónias portuguesas da Ásia eram diferentes das africanas e ambas das americanas, como aliás acontecia nos outros impérios. E basta pensarmos em algo de tão crucial como as línguas, para avaliar o impacto mútuo da ação colonial. Se assim não fosse não existiriam crioulos, que são no sentido linguístico do termo, a prova do uso de algo europeu misturado com as línguas dos falantes do território, implicando para tal interação social, partilha e necessidades conjuntas legitimadas pelo uso. Se assim não fosse, e numa outra escala, politicamente muito mais significativa, não teríamos as línguas coloniais europeias a tornarem-se nas línguas da expressão da emancipação dos povos colonizados, através das suas palavras de ordem política ou da sua literatura. Não teríamos Chinua Achebe a declarar que quando escreve em inglês a língua inglesa é africana, José Luandino Vieira a declarar a língua portuguesa como um troféu de guerra ou ainda Samora Machel a fazer a sua viagem de reconhecimento do país pós-independência do Rovuma a Maputo em língua portuguesa. Resumindo, as línguas coloniais europeias não seriam hoje as línguas da maior parte das suas ex-colónias, para não falar em muitas outras influências decisivas na estrutura do Estado, do Direito, das práticas religiosas, da culinária, ou ainda da conceção urbana. E note-se que não se trata de um movimento de sentido único que por força política do processo de colonização foi evidente, mas olhe-se para a Europa nos vários períodos de

colonização e no momento atual e pense-se no movimento de fluxos e refluxos que o processo colonial implicou.

Ainda nesta introdução de colocação dos problemas essenciais para entrarmos no seu texto analítico sobre o racismo nas sociedades coloniais, FB critica os essencialismos de análise relativamente às diferentes colonizações e adaptabilidades dos colonos, baseadas em mitos e não em factos históricos, como por exemplo a ideia feita sobre a maior adaptabilidade dos povos peninsulares aos trópicos, em virtude da sua história interna pré-Expansão de contacto com muçulmanos e judeus, sem ter em conta dados tão importantes como a quantidade dos colonos por colónia, ou se se tratava de uma colonização de família ou de homens isolados. Na opinião de FB estas visões geram um terreno prodigioso para a elaboração e confirmação dos estereótipos tão fundamentais na apresentação e na representação do racismo. Mas são essencialmente mitos, e portanto não são a história, mas a imagem da história. No caso português, basta pensarmos em toda a elaboração das realidades coloniais portuguesas feita pelo luso-tropicalismo para vermos como isto é verdade e, sobretudo, a imensa força retórica que têm, mesmo quando confrontados com a narrativa histórica analítica. Esta consciência crítica e esta declaração de princípio é de suprema importância quando se quer analisar contextos tão diversos e algo tão complexo como os novos preconceitos étnicos suscitados pela criação de sociedades coloniais europeias. O nível de conflitualidade interétnica que as caracteriza é a história do colonialismo nos vários continentes, capaz de gerar fenómenos de violência com a magnitude do comércio escravagista transatlântico, de onde emerge a figura negra do escravo trasladado para o Novo Mundo e um novo tipo de sociedade, uma sociedade colonial, organicamente comprometida com a Europa e caracterizada pelo grande número de trabalho escravo africano que, proporcionou a oposição total branco/negro. Recalcada na paisagem desta sociedade ficaria para sempre a nova humanidade para os europeus – os índios. A esta complexidade interétnica e social, acresciam ainda os de raça mista, entretanto gerados no processo colonial e que originaram ainda novas taxonomias. Rejeitando a pura transferência das teorias e práticas europeias, FB analisa os quadros coloniais de onde emergem estas novas sociedades que vão gerar as independências nas Américas e rejeita a reinterpretação ou substituição de preconceitos étnicos transmitidos. Só assim pode alcançar plenamente os seus objetivos perfeitamente atingidos: por um lado, mostrar a ligação entre racismo e projetos políticos; e, por outro lado, mostrar como os empreendimentos coloniais influenciaram os preconceitos interétnicos e raciais que sentimos ainda hoje na própria Europa como uma transferência de memória do mundo colonial para o mundo multicultural de tantas cidades europeias, ainda hoje urbanisticamente tão reveladoras

das suas heranças coloniais e dos modelos mais discriminatórios ou mais segregacionistas gerados.

Na última parte do seu livro, FB analisa o aumento de preconceitos quanto à descendência étnica, combinados com as ações discriminatórias provocados pela expansão do nacionalismo no século XIX e XX. Os novos projetos políticos saídos da conjugação grupo étnico-nação regressavam agora à Europa e à sua variedade interna, de alguma forma camuflada ou atenuada face à imensa variedade que o processo de expansão ultramarina do continente tinha gerado e que tinha alimentado as grandes discussões, classificações e teorias de raça. Agora, no interior da Europa, dava-se a reafirmação de identidades contra os impérios territoriais que caracterizavam a Europa de Leste (Otomano, Austríaco, Russo). Tratava-se de divisões baseadas na raça (um povo), língua, religião, tudo em nome da nação.

Finalmente, e como uma excelente obra abre sempre uma série de pistas inovadoras para quem a lê e seguramente abre caminho para outras investigações, penso que este é um trabalho fundamental para a crescente comparação entre a construção moderna da diferença colonial a partir do conceito de raça e o processo de constituição do antissemitismo moderno. Como mostra FB, a estratégia eliminacionista, não está, de modo nenhum, ausente do colonialismo, como provam os vários episódios de genocídio ao longo da história deste. E, como sempre lembra António Sousa Ribeiro, é indesmentível que existem semelhanças fortes entre a construção do judeu pelo nazismo e a construção do colonizado no quadro da diferença colonial. Deste ponto de vista, tanto o colonialismo como o antissemitismo são constituintes fundamentais da modernidade europeia, pertencem ao lado sombrio da Europa branca, levando-nos ao mais profundo questionamento da grande narrativa do moderno e, sem dúvida, que também para este debate tão fundamental para a contemporaneidade o livro de FB é uma peça chave.

Margarida Calafate Ribeiro

SELMA PANTOJA, EDVALDO A. BERGAMO, ANA CLÁUDIA DA SILVA (ORGS.) (2015), *ÁFRICA CONTEMPORÂNEA EM CENA. PERSPECTIVAS INTERDISCIPLINARES*. SÃO PAULO: INTERMEIOS, 154 PP.

A INTERDISCIPLINARIDADE E O COMPARATISMO, ENTRE DESEJOS E PRÁTICAS

Este volume tem origem num colóquio internacional organizado na Universidade de Brasília (2013), “Leituras Cruzadas: O Texto Colonial e a História em Letras. A Pós-